

Diário do Legislativo de 21/08/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 54ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA EM 19/8/2010

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - Sargento Rodrigues - Ademir Lucas - André Quintão - Carlin Moura - Carlos Gomes - Cecília Ferramenta - Délio Malheiros - Eros Biondini - Fábio Avelar - João Leite - Padre João - Wander Borges.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/8/2010

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Questão de ordem - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.640/2010; discurso do Deputado Antônio Júlio; questão de ordem - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Padre João - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Questão de Ordem

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado, Sr. Presidente. Tarei ao conhecimento desta Casa duas ações importantes para o nosso Sul de Minas. Em primeiro lugar, foi publicado no diário oficial de segunda-feira o protocolo de intenções firmado pelo Estado com o objetivo de recepcionar uma das mais novas indústrias para o Sul de Minas, a Cogumelo do Sol, que está desenvolvendo suas atividades em São Sebastião da Bela Vista. É um dos maiores empreendimentos recebidos pelo Sul de Minas. Conseguimos junto ao governo Anastasia, a quem agradeço, o diferimento tributário para que se busque a geração de empregos. A expectativa para o próximo ano é que essa indústria empregue mais de 700 funcionários. Hoje ela oferece 280 empregos diretos e indiretos. A empresa pertence a um grupo japonês liderado por Mário Kimura, que escolheu o Sul de Minas, para gerar emprego, renda e desenvolvimento para a região. Parabênzulo a indústria Cogumelo do Sol, a quem dou as boas-vindas ao solo mineiro.

O segundo assunto importante para o Sul de Minas diz respeito ao Município de Santa Rita do Sapucaí. Temos orgulho de ser autor da lei que criou os Arranjos Produtivos Locais - APLs - direcionados a Santa Rita do Sapucaí, maior polo de eletrônicos do País e reconhecido internacionalmente. Existem mais de 180 indústrias no ramo de incubadoras de empresas, sob o comando do Inatel, como a ETI e outras que desenvolvem suas atividades no ramo da eletrônica. Manifesto sinceros agradecimentos ao Secretário Portugal. Faço questão de ressaltar a participação do Dr. Paulo Kleber. Estamos vivendo um momento importante ao apresentar o novo projeto relativo a eletrônicos no País, o polo de excelência, que irá gerar muitos empregos. Além disso, as boas cabeças, Deputado Hely Tarquínio, estão em Santa Rita do Sapucaí desenvolvendo o Vale da Eletrônica, considerado o mais importante do País. Orgulha-me, sobremaneira, ser o autor da lei dos APLs. Conseguimos maior desenvolvimento para a região com a redução da carga tributária, além de investimentos do Estado, do Senai e da Fiemg, que, juntos, trabalham em prol do Vale da Eletrônica. Agora a região conta também com um polo de excelência que possui ISO, pela geração de empregos em função dos cursos do Inatel. Cito, por exemplo, o Prof. Adonias e o Prof. Vander, que lutam com dignidade e competência por esse Instituto, considerado um dos melhores do Brasil. Temos dois momentos importantes nesta semana. Quero agradecer ao Governador Anastasia e aos seus Secretários a acolhida ao Sul de Minas. Para terminar, faço uma homenagem à nossa região, tão importante na geração de empregos, bem como uma homenagem aos alunos, que estão ali desenvolvendo a Feira de Telecomunicações, a Finatel. É uma feira visitada pelo Brasil todo e chega, num momento importante, a esse polo de excelência em nossa região. Muito obrigado.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 4.256 e 4.668/2010, apreciados na extraordinária realizada ontem à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.640/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, no valor de R\$241.149.195,97, em favor do Tribunal de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos na tribuna para discutir a mensagem do Governador do Estado de Minas Gerais que se refere à suplementação de recursos para o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Quero fazer um paralelo dessa suplementação com os episódios relativos à área ambiental no nosso Estado, que talvez sejam um dos motivos de o Governador nos ter enviado esse projeto alegando aumento de receita. Quero fazer referência à questão do IEF, que denunciamos aqui por várias vezes. Alertamos a base do governo sobre o que estava acontecendo no sistema ambiental do Estado de Minas Gerais, os excessos cometidos em todos os órgãos da Semad.

Ouvindo o Deputado Dalmo Ribeiro Silva sobre os APLs: o governo fez um APL para extração de pedras são tomé. Já havia um APL negociado há mais de um ano e meio, mas, de uma hora para outra, muda-se totalmente a regra do jogo - parece-me - para beneficiar grandes empresários. Sempre foi essa a nossa discussão nesta Casa, porque grandes empresários recebem sempre as benesses do governo atual, ficando os pequenos produtores a pagar a conta. Quando pagam a conta, há esse superávit, propiciando que o governo envie uma mensagem de suplementação de recursos. Sobre o que aconteceu no IEF de Minas Gerais, feliz ou infelizmente, já houve um abafa. O governo, usando a proteção da imprensa e a mordada, já abafou aquilo que aconteceu com o ex-Diretor do DER, que acho ser o menos envolvido nesse processo. Ele é um instrumento daquilo que aconteceu.

Sr. Presidente, nessa questão do licenciamento ambiental da Mina Capão Xavier, queremos ressaltar que uma ação que apresentamos foi julgada no dia 25 de julho pelo Tribunal de Justiça, que mandou cancelar todo o licenciamento do empreendimento. Todo o licenciamento da

Mina Capão Xavier foi facilitado ou falseado pelo sistema ambiental de Minas Gerais, mas o pequeno produtor continua sacrificando-se para pagar a conta a fim de que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais entre nesse bolo de aumento de arrecadação.

É isso que nos tem levado a algumas reflexões. O governo atual tem sacrificado - e muito - a população mais simples do nosso Estado; tem crucificado os pequenos empresários e produtores com ações terríveis. O que nos assusta agora é a ação do Corpo de Bombeiros, que passou a legislar e a executar, tirando do Poder Legislativo a competência de fazer leis. Muda-se a regra do jogo, e cobram multas e taxas absurdas no interior, Sr. Presidente. Querem que os nossos campos de futebol amador tenham a mesma estrutura da Copa do Mundo. Num estádio para 3 mil pessoas, estão exigindo absurdos para que os clubes se adequem às questões de segurança, o que não entendemos. Tenho dito que essas determinações do Corpo de Bombeiros relativas à segurança estão se igualando à questão ambiental. Preservar não interessa, o que importa é arrecadar. E o Corpo de Bombeiros lá vai pelo mesmo caminho. Em nome dessa manutenção da segurança, estão preocupados com arrecadação. É ruim para uma instituição que respeitamos começar a trabalhar nessa lógica, que é a mesma do governo atual: arrecadar de todas as formas possíveis e impossíveis, em prejuízo do cidadão mineiro, que tem sido o pagador de promessas, o pagador de impostos, o pagador das mazelas da administração atual.

O pequeno é que paga geralmente; o grande é sempre beneficiado, recebe as benesses dos órgãos. Ganha sempre a benesse do próprio Governador, como no caso da Mina Capão Xavier, em que, por uma ação pessoal, o Governador conseguiu que o Tribunal expedisse uma liminar cujo mérito jamais foi analisado. E por quê? Porque beneficiaria as grandes mineradoras instaladas em Minas Gerais. A propósito, tais mineradoras não têm trazido nenhum benefício para o povo mineiro; pelo contrário, têm levado nossas riquezas de uma forma totalmente equivocada. Queremos que os próximos eleitos para Governador e Presidente da República, quem quer que sejam, tomem uma atitude em nome do povo brasileiro. A questão minerária precisa ser passada a limpo no Brasil. Não podemos permitir que nossos recursos minerários sejam levados para fora da forma como está acontecendo, sem deixar nenhuma reserva, sem beneficiar em nada as populações dos locais onde estão as jazidas.

Quero aproveitar este momento em que estamos votando um projeto de suplementação. Uma das propostas ressalta que, em função da arrecadação, o Estado pôde fazer essa suplementação. A discussão é bastante interessante. A discussão na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, principalmente, ressalta que isso é apenas um ajeitamento orçamentário, algo apenas contábil, mas, quando se lê a mensagem, o governo afirma que houve aumento de arrecadação. Até acreditamos e consideramos saudável, mas tal fato mostra a nossa incapacidade e a da própria Seplag de fazer um planejamento para um período maior. Falam em choque de gestão, mas não conseguem elaborar um planejamento em longo prazo. Algumas suplementações que votamos estão acima da média e daquilo que seria plausível, até porque ainda estamos praticamente no primeiro semestre e já fizemos mais de duas suplementações em alguns órgãos.

Isso quer dizer que faltou planejamento em longo prazo, que o governo joga no achismo: acha que acontece de uma forma, vai fazer dessa forma. Senão, houve excesso de arrecadação em cima do pequeno produtor, do pequeno empresário, que paga conta excessiva neste governo. Cobra-se de tudo. O governo afirma que está recuperando empresas, mas cansamos de dizer que Minas não tinha recebido nenhum investimento real, a não ser algumas expansões de empresas que aqui se instalaram e não tiveram como ir embora, sobretudo as mineradoras, que receberam todas as benesses do governo e outras mais. Inclusive foram beneficiadas com medidas editadas em decreto, mesmo que a matéria devesse passar por esta Casa.

Infelizmente a Assembleia continua omissa e submissa aos interesses do governo. Há pessoas lá que estão passando dos limites e das responsabilidades: editando decreto em vez de lei, beneficiando empresas, fazendo parcelamento e dando anistia. Inventaram um nome, parcelamento, mas na verdade é anistia. Estou dizendo para cobrar do Ministério Público, que começou a cobrar da Secretaria de Fazenda a edição desse decreto, que deveria ser suspenso. É aberração jurídica o que estão fazendo. A Assembleia Legislativa não se manifesta, bem como o Ministério Público. Quando se fala do governo, o Ministério Público faz o mesmo jogo da imprensa, cala-se, mas uma hora isso vai explodir, vai ter de ser resolvido. É o mesmo caso do IEF: quatro anos falando aqui sobre o que acontecia lá e no sistema ambiental mineiro. Cansei de falar, até que a coisa explodiu e foi abafada. Mas até quando ficará abafada? Até quando seremos enganados e cúmplices do que está acontecendo? Se o Deputado João Leite está incomodado, podemos pedir o encerramento, de plano, da reunião por falta de quórum, Sr. Presidente. Estou fazendo discurso sobre suplementação. O governo faz suplementação em cima do excesso de arrecadação, cobrando do pequeno produtor. Essa é a analogia que faço.

Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, por haver incômodo, sugiro a V. Exa. que, de plano, encerre a reunião por falta de quórum.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.489/2010, uma vez que permaneceu em ordem do dia por seis reuniões; informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do Deputado Padre João, que recebeu o nº 1, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha a emenda com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, para parecer.

- O teor da emenda apresentada é o seguinte:

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 4.489/2010

Acrescente-se, onde convier, o seguinte artigo:

"Art. ... - O contrato de formalização da operação de crédito de que trata o art. 1º, assim como o contrato de contragarantia de que trata o art. 3º serão enviados à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia Legislativa até trinta dias após sua assinatura."

Sala das Reuniões, 18 de agosto de 2010.

Padre João

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Délio Malheiros e Elmiro Nascimento (substituindo o Deputado Walter Tosta, por indicação da Liderança do DEM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Elmiro Nascimento dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e tratar de assuntos de interesse da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Vanderlei Cupertino Fialho, Presidente da Câmara Municipal de Coronel Fabriciano, encaminhando cópia de requerimento que solicita informações desta Comissão quanto ao cumprimento da Lei nº 14.235, de 2002, art. 4º, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de banheiros e bebedouros para os clientes em estabelecimentos bancários; Marcos Tofani Baer Bahia, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.053/2008, da Comissão de Defesa do Consumidor; Eduardo César Schroder e Braga, Superintendente do Procon de Juiz de Fora e Secretário Geral do Fórum dos Procons Mineiros, em que solicita seja indicado um membro desta Comissão para participar da 17ª Reunião do Fórum dos Procons Mineiros, que se realizará em 13/8/2010; e ofício do Sr. José Antônio Baêta de Melo Cançado, Promotor de Justiça, publicado no "Diário do Legislativo" em 6/7/2010. O Presidente acusa o recebimento, em 1º turno, das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 4.075/2009 (Deputado Délio Malheiros) e 4.236/2010 (Deputado Adalclever Lopes) e Projeto de Lei Complementar nº 58/2010 (Deputado Délio Malheiros). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.124/2009 com a Emenda nº 1 ao Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Délio Malheiros). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.027, 6.214 e 6.215/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros (5) em que solicita sejam encaminhadas à Presidência da Caixa Econômica Federal as notas taquigráficas de reunião realizada em 2/6/2010, para adoção de medidas que proporcionam maior segurança e isenção de custos para agentes lotéricos e consumidores; seja agendada visita desta Comissão ao Procurador-Geral de Justiça, com a finalidade de tratar questões relativas ao Projeto de Lei Complementar nº 58/2010; seja encaminhado à Presidência da Caixa Econômica Federal pedido de providências para restabelecer convênio existente com a Loteria Mineira e, ainda, seja encaminhada manifestação de repúdio pelo possível fim do convênio firmado com a Loteria Mineira; seja encaminhado à Cemig, Copasa e concessionárias de serviços de telefonia do Estado pedido de informações sobre o cumprimento da legislação que obriga o fornecedor a informar o consumidor sobre quitação de débitos anteriores; em que solicita seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, a situação dos consumidores que adquiriram apartamentos da Construtora Tenda que correm o risco de não terem seus imóveis entregues em razão de possível desapropriação para a construção do novo terminal rodoviário na Capital; Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, os impactos da Portaria nº 387, de 2008, do Departamento Nacional de Produção Mineral, que determina a troca dos vasilhames de água mineral a cada três anos; Doutor Viana em que solicita seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, os prejuízos causados ao mercado mineiro pela operadora de turismo Wege Tours; Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada reunião de audiência pública desta Comissão em conjunto com a Comissão de Trabalho, para debater alterações na grade curricular da Faculdade Pitágoras, que preveem substituição de aulas presenciais por aulas virtuais, bem como as consequências dessas alterações para alunos e professores. É recebido requerimento do Deputado Antônio Júlio em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira para debater o Projeto de Lei Complementar nº 58/2010. Em seguida, é aprovado o relatório de visita desta Comissão aos Hospitais Felício Rocho e Vera Cruz, à Unidade Unimed Contagem e ao Hospital Unimed de Betim, o qual vai publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2010.

Adalclever Lopes, Presidente - Ademir Lucas - Délio Malheiros.

Relatório de Visita

Apresentação

A requerimento do Deputado Délio Malheiros, esta Comissão, no dia 5/5/2010, visitou os Hospitais Felício Rocho e Vera Cruz e, no dia 18/5/2010, visitou a Unidade Unimed Contagem e o Hospital Unimed Betim, com a finalidade de verificar as condições de atendimento prestadas pelos planos de saúde nesses hospitais. Participou da visita o Deputado Délio Malheiros, Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Relato

Em 5/5/2010, a Comissão se encaminhou ao Hospital Felício Rocho, sendo recebida pela Dra. Patrícia, em nome do Dr. Mércio Ataíde Vieira, Diretor Clínico do Hospital. A direção franqueou acesso às dependências do hospital, especialmente ao setor de pronto atendimento. A imprensa presente acompanhou toda a visita. O Deputado Délio Malheiros conheceu a estrutura de atendimento emergencial do hospital, sendo informado de todos os procedimentos dispensados aos clientes de plano de saúde e aos clientes particulares. Constatou-se que a sala de espera continha número razoável de pessoas à espera de atendimento, sem tumulto ou superlotação. O Deputado entrevistou pessoalmente algumas pessoas, que relataram dificuldades em relação à marcação de consultas médicas e atendimentos emergenciais e cirúrgicos em alguns hospitais. A Dra. Patrícia informou que uma das principais causas do grande número de pessoas que procuram o pronto atendimento é a dificuldade de marcação de consultas em consultórios médicos, preferindo os clientes dos planos de saúde recorrer ao pronto atendimento para consultas de menor complexidade, causando, algumas vezes, superlotação.

Em seguida, o Deputado se encaminhou ao Hospital Vera Cruz, sendo recebido pelo Dr. Renato Rabelo, Diretor-Presidente do hospital. Após algumas explicações sobre o motivo da visita, foi liberado o acesso ao hospital somente para o Deputado e para o Consultor da Comissão. A imprensa não teve acesso ao interior do hospital. O Deputado Délio Malheiros se encaminhou ao pronto atendimento do hospital. A sala de espera estava com certo número de pacientes à espera de atendimento. Foram apresentadas outras dependências do hospital com o intuito de demonstrar a excelência do estabelecimento no atendimento à saúde. Do lado de fora do pronto atendimento do hospital, o Deputado entrevistou pessoalmente alguns clientes que aguardavam parentes ou ainda aguardavam atendimento. A imprensa acompanhou do lado de fora das dependências do hospital. Novamente o Deputado ouviu reclamações de clientes de planos de saúde sobre a dificuldade de marcações de consultas em consultórios e até de marcação de cirurgias em hospitais. Alguns clientes/pacientes fizeram questão de demonstrar insatisfação com os planos de saúde, que oferecem excelentes serviços pela mídia, mas que acabam não se traduzindo no dia a dia do atendimento em consultórios, clínicas e hospitais. A mais frequente reclamação se deve aos prazos distanciados para a marcação de consultas médicas; a falta de atendimento de profissionais elencados nos guias médicos, alguns informando que não mais atendem pelo plano de saúde, chegando mesmo a não haver profissionais de algumas especialidades.

No dia 18 de maio, o Deputado Délio Malheiros se dirigiu, primeiramente, à Unidade da Unimed de Contagem, onde ouviu uma rápida explanação sobre o sistema de atendimento daquele nosocômio. Em seguida, o Deputado, acompanhado de servidores do hospital, jornalistas e assessores, visitou as dependências do estabelecimento, e, em alguns setores, não foi permitido o acesso de representantes dos órgãos da imprensa. Pôde-se constatar que se trata de uma construção nova, suficientemente adequada ao atendimento médico de urgência e

emergência. Não se constatou superlotação no momento da visita, embora se tenham recebido informações de terceiros de que, em algumas oportunidades, a grande demanda dificulta o atendimento.

Em seguida, o Deputado Délio Malheiros se dirigiu, com o mesmo grupo de pessoas, ao Hospital da Unimed de Betim, onde foi recebido pela direção, que tem à frente o Dr. Mário das Graças Xavier. Trata-se de um hospital também pertencente a esse plano de saúde, que atende prioritariamente os associados, destinando as vagas remanescentes ao serviço de saúde da Prefeitura do Município. A diretoria esclareceu não haver problemas quanto ao atendimento, principalmente na unidade de terapia intensiva, que, inclusive, recebe pacientes de Belo Horizonte e também outros, encaminhados pela municipalidade. A diretoria do hospital fez questão de enfatizar que o atendimento a terceiros ocorre sem comprometer a prestação dos serviços aos usuários do plano, pois utiliza vagas remanescentes, sem que ocorra a total ocupação dos leitos. Foi franqueado à imprensa o acesso a qualquer dependência do hospital, cujos diretores acompanharam a comissão durante toda a visita, prestaram as informações que entenderam necessárias e responderam às perguntas tanto do parlamentar quanto dos demais acompanhantes.

Conclusão

A Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte constatou que, no momento das visitas, o atendimento nos hospitais se mostrava dentro da regularidade, não sendo constatada superlotação nas salas de espera, podendo apontar algum desconforto no Hospital Vera Cruz. Com relação aos relatos dos clientes/pacientes dos planos de saúde, podem ser confirmadas as informações constantemente veiculadas nos órgãos de imprensa, que noticiam o chamado "over booking" na saúde. Em outras palavras, há um excessivo número de pacientes para um pequeno número de leitos disponíveis e de profissionais de plantão. Esta situação leva a concluir que as operadoras de planos de saúde estão captando clientes muito além da sua capacidade de atendimento na rede hospitalar conveniada e nos consultórios médicos.

Não é demais lembrar que a quantidade de leitos considerados disponíveis aos planos de saúde leva em conta o número de leitos existentes nos hospitais conveniados. Estes hospitais, entretanto, fazem convênio e atendem pacientes de inúmeros planos de saúde, o que evidentemente provoca uma grave distorção, gerando uma diferença significativa entre o número de leitos contratados e aqueles efetivamente disponibilizados ao paciente. É do conhecimento público, até mesmo pela publicidade veiculada nos órgãos da imprensa, que alguns planos dobraram o número de clientes nos últimos dez anos e, por absurdo que pareça, ocorreu uma diminuição da sua rede conveniada, existindo também um verdadeiro gargalo no atendimento em consultórios, onde consultas chegam a ser marcadas com prazos de até um ano.

Dessa forma, entendemos estar havendo comercialização exagerada de planos de saúde, sem a contrapartida da qualidade de atendimento e do respeito ao cliente/paciente enquanto consumidor.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2010.

Adalclever Lopes, Presidente.

* - Republicado em virtude de incorreção verificada na edição de 12/8/2010, na pág. 52, col. 4.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 23/8/2010, destinada a homenagear a Fundação Clóvis Salgado pelos seus 40 anos de existência.

Palácio da Inconfidência, 20 de agosto de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer PARA O 1º TURNO DO Projeto de Resolução Nº 4.698/2010

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado, o Projeto de Resolução nº 4.698/2010 dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da Assembleia Legislativa e dá outras providências.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 19/6/2010, o projeto foi distribuído à Mesa da Assembleia para, nos termos do inciso VIII do art. 79 do Regimento Interno, receber parecer.

Fundamentação

Analisando os aspectos formais da proposição, temos que esta Casa possui competência privativa para deflagrar o processo legislativo no caso em tela, uma vez que se trata da edição de normas que se situam no campo de abrangência do regime jurídico do servidor deste Poder, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 62 da Constituição do Estado. Além disso, foi eleita a via adequada para dispor sobre a matéria: o Regimento Interno prevê, na alínea "e" do inciso VII do art. 79, que compete privativamente à Mesa da Assembleia apresentar projeto de resolução que vise, entre outros assuntos, a dispor sobre o regime jurídico dos servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Portanto, sob o ponto de vista formal, não há empecilho à aprovação da matéria.

Da mesma forma, não há, relativamente aos aspectos financeiros e orçamentários da proposta, nenhum problema, pois o projeto não cria nem aumenta a despesa.

Quanto ao mérito da proposição, tem ela o objetivo de reunir em um só diploma legal não apenas os dispositivos que regulam o estágio probatório, mas também aqueles atinentes à sistemática aplicada à avaliação especial de desempenho dos servidores durante os primeiros três anos de trabalho na Casa. É que tais dispositivos encontram-se em diplomas legais esparsos, como a Resolução nº 800, de 5/1/67, e a Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, afora normas específicas para regulação dos cursos de formação e das avaliações de desempenho.

Destaque-se que a Constituição da República de 1988 alterou o regramento para a aquisição da estabilidade pelo servidor após o cumprimento do estágio probatório. Em 4/6/98, a Emenda à Constituição nº 19 alterou substancialmente as condições para tanto: por exemplo, elevou de dois para três anos o período mínimo de exercício do cargo e tornou obrigatória a realização de avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Diante disso, não encontramos óbice à tramitação da proposição no que tange aos aspectos jurídicos, formais, financeiros, orçamentários e de mérito da matéria.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 4.698/2010 no 1º turno.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de agosto de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Dinis Pinheiro, relator - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues.

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

Correspondência

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 19/8/2010, a seguinte correspondência:

OFÍCIO

Do Sr. Marcos Figueira de Almeida, Secretário da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, informando o cancelamento da reunião de audiência pública marcada para 18/8/2010, às 14h30min, para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 544/2002.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 16/8/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Weliton Prado

exonerando, a partir de 23/8/10, Deyvid Gouvêa de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Samuel Santos Rocha Machado para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

termo de contrato

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Minasmáquinas S.A. Objeto: aquisição de um veículo tipo furgão, marca Mercedes-Benz, modelo 313 CDI, com teto alto, adaptado para atender como ambulância. Vigência: a partir da assinatura, até 2 anos a contar da entrega do veículo. Licitação: Processo Licitatório nº 17/2010. Pregão Eletrônico nº 17/2010. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-4.4.90.52.

termo de contrato

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Minasmáquinas S.A. Objeto: aquisição de um veículo tipo van, marca Mercedes-Benz, modelo 313 CDI, executivo. Vigência: a partir da assinatura, até 2 anos a contar da entrega do veículo, em 2/8/2010. Licitação: Processo Licitatório nº 17/2010. Pregão Eletrônico nº 17/2010. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-4.4.90.52.

termo de contrato

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Minasmáquinas S.A. Objeto: aquisição de um veículo tipo van, marca Mercedes-Benz, modelo 413 CDI, luxo. Vigência: a partir da assinatura, até 2 anos a contar da entrega do veículo, em 4/7/2010. Licitação: Processo Licitatório nº 17/2010. Pregão Eletrônico nº 17/2010. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-4.4.90.52.